

RENATO TRAVASSOS

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DA
UNIVERSIDADE DO BRASIL

727.300 i\
T779c

RIO JANEIRO
1960

CIDADE UNIVERSITÁRIA

CIDADE UNIVERSITÁRIA

TANTO na Colônia e na Monarquia quanto na República, no Brasil, o sonho de se erigir um centro universitário, semelhante aos existentes nos países verdadeiramente civilizados, teima em ser uma realidade. Trata-se, a bem dizer, de uma aspiração constante de todas as gerações de estudantes, professores, cientistas e intelectuais, desde o século XVI, quando os Jesuítas tentaram fundar, na cidade do Salvador, na Bahia, uma universidade, propósito aquele malogrado, mas, ainda assim, bastante a reafirmar o conceito em que sempre foram tidos os religiosos da Companhia de Jesus como excelentes educadores e civilizadores, quer no passado quer no presente e em qualquer parte do mundo onde a Igreja penetre e alce uma Cruz. E isto, porque a Igreja sempre reconheceu a influência e a interferência das universidades nos decisivos movimentos ideológicos da Humanidade, sejam êles de ordem filosófica, científica, religiosa, política ou econômica.

Muitas foram no passado as tentativas de se fundar uma universidade em terras brasileiras. Também os Franciscanos, no século XVIII, pensaram na fundação de uma Faculdade de Letras e de Filosofia, a qual, se fundada, daria ensejo a que outras instituições formadoras de um grande centro universitário se fundassem. Igual propósito tiveram os sonhadores da Inconfidência Mineira, quando incluíram no seu programa revolucionário a fundação de uma universidade em Vila Rica. Várias tentativas sem êxito foram, afinal, feitas, antes que se fundasse a primeira universidade em nossa pátria, em 1920, por força de um decreto expedido pelo então presidente da República, Dr. Epitácio Pes-

soa. Referimo-nos à Universidade do Rio de Janeiro, atual Universidade do Brasil.

Seguiram-se a esta a Universidade de Minas Gerais (1927), a Universidade de São Paulo (1934), a Universidade de Porto Alegre (1934), a Universidade Técnica Federal (1934), incorporada, em 1937, à Universidade do Brasil. Além destas, que mencionamos, fundaram-se, posteriormente, várias outras.

Nenhuma de tais universidades se pode, no entanto, considerar um centro universitário dotado do quanto o coloque em pé de igualdade com os existentes no estrangeiro, aparelhados do que é preciso para o completo desempenho de sua missão moral, intelectual e técnica, em benefício nacional e em sentido universal. Contudo, algumas das instituições que as compõem representam papel relevante no desenvolvimento civilizador da nossa nacionalidade em formação, e correspondendo em parte aos nossos anseios de povo que deseja valer-se de suas próprias forças para sobreviver, sobranceiramente, ao entrechoque universal, no decorrer do qual somente os povos prevenidos, desprezadores de hábitos indolentes e de certas heranças avoengas, poderão manter-se autônomos e soberanos, porque, previdentes, se armaram do necessário a ativar as energias que possuem em si, quer em homens, quer em natureza.

Para consegui-lo, teremos antes de adquirir o indispensável preparo por meio de ensinamentos que somente as universidades bem constituídas transmitem com eficiência teórica e prática, porque «a Universidade não é uma casa de ensino onde devem ser transmitidos conhecimentos para a instrução dos que a procuram; a Universidade é o grande templo da educação do povo, cuja missão é conduzir o seu desenvolvimento interrogando a verdadeira trajetória do progresso, para que o futuro não se reduza a uma simples reprodução do passado. A Universidade não é somente a depositária da ciência, da cultura e da técnica, para a sua transmissão às gerações sucessivas, como um patrimônio sagrado; cumpre-lhe, também, aplicar todo êsse valioso depósito, para que êle frutifique nos resultados das convenientes soluções de todos os grandes problemas da nação. Tanto na paz, como na guerra, cabe à Universidade, por uma ininterrupta ati-

vidade de pesquisa técnica e científica, por uma larga ação cultural e doutrinária, contribuir, pela forma mais alta e eficiente, para o progresso e a grandeza do Brasil». Estas palavras pertencem ao professor Azevedo do Amaral e foram proferidas por ocasião da sua posse no cargo de reitor da Universidade do Brasil, em 1945.

A missão cultural das universidades assume, pois, um papel de transcendente relevância para a nacionalidade, principalmente para uma nacionalidade em formação como a nossa. Em uma época de transição, de mudanças e de anseios por um futuro melhor, conforme a em que vivemos, são, mais do que nunca, necessárias as universidades que disponham de todos os recursos atualizados, a fim de cumprirem elas sua nobre e humanitária finalidade. Compreendendo-o, outra não tem sido a aspiração daqueles que procuram dotar o Brasil de, pelo menos, uma verdadeira Universidade, na qual os que se destinem às ciências, às letras, às artes, a todos os conhecimentos teóricos e práticos e a tudo que represente cultura e capacidade realizadora, possam encontrar os elementos educativos necessários. Daí a projetada Cidade Universitária em que se reunam todas as instituições, as já criadas e as por se criarem, agrupando-as em um só conjunto, no propósito de que os universitários, pelo convívio social e pelo intercâmbio intelectual, bem se impregnem desse espírito universitário que, uma vez adquirido, perdura e pode influir como estímulo precioso na vida de seus portadores.

Das cidades universitárias, como a que se projeta na Capital da República, é que se lançam no tempo e no espaço as sementes fecundas capazes de florescerem e frutificarem, tornando-se realizações úteis e de que se podem orgulhar os povos e as nações, tanto na paz quanto na guerra. Dos seus ensinamentos e dos resultados de suas pesquisas é que o Brasil poderá civilizar-se e engrandecer-se como todos desejamos, saindo desta lenta e difícil ascensão para o progresso e a prosperidade. Eis a compreensão que, dia a dia, mais se alastra, reconhecendo que é da ciência e da prática que se espera a solução dos nossos próprios problemas. De um centro cultural como a da projetada Cidade Universitária é que poderão sair os meios de engrande-

cimento do Brasil, onde há muitíssimo a ser realizado, a fim de que o nosso país se coloque no plano em que se colocam os países de iguais possibilidades. Cumpre, portanto, aos espíritos empreendedores o transformar em realidade este belo sonho de uma Universidade que nos honre e de que nos orgulhemos. Naturalmente, os que se propõem a realizá-lo encontram grandes dificuldades e até oposições sistemáticas, ora invocadoras da nossa falta de cientistas em número suficiente para o exercício da docência, ora, ainda, de que já possuímos muitos estabelecimentos de ensino superior. . . São argumentos estes insuficientes para deter o passo aos entusiastas da Cidade Universitária, aos convictos de que não há fator mais importante para os interesses básicos, para as necessidades vitais e essenciais da nacionalidade, infelizmente ainda tão desprovida de meios adequados para o seu desenvolvimento.

Tanto isso é verdadeiro que as figuras mais representativas na nossa cultura são unânimes em concordar, não só com a mudança da Universidade do Brasil, hoje instalada em edifícios esparsos e deficientes, para um *campus* centralizador, mas, também, e principalmente, com o imperativo de dotá-la de quanto a torne um centro cultural como o exige a época em que vivemos, rica de conhecimentos e de novos recursos de experimentação, de pesquisas e de realização. Por isto mesmo, no empenho de se edificar a Cidade Universitária, na qual se acomode, cheia de possibilidades, a Universidade do Brasil, têm-se feito, nestes últimos vinte anos, várias tentativas, as quais, apesar de dispendiosas e frustradas, sempre valem por uma afirmação de ideal que não morre. . . Pugna-se por uma Universidade reunindo em um só bloco todos os seus órgãos e formando um todo apto e eficiente para melhor cumprir sua finalidade. Só então possuirá o Brasil um centro cultural *capaz* de criar e alimentar nos universitários esse espírito propício ao estudo, à meditação e à prática, tudo tão necessário à realização das obras que só se realizam pelos indivíduos não apenas inteligentes, mas, também, possuidores desses conhecimentos que só se adquirem nas instituições de ensino específico, nas quais se encontrem mestres consumados e aparelhagem atualizada, de acordo com a evolução do pensa-

mento humano nos domínios científicos e técnicos, para que o aprendizado apresente o rendimento almejado e seja compensado o esforço dos mestres.

Há, ainda, a vantagem do conagraçamento, do intercâmbio cultural, que, depois, propiciará, na vida prática e social, continuem condiscípulos e contemporâneos a manter a antiga camaradagem. Por todos os motivos, a criação da Cidade se faz objeto de preocupações por parte daqueles que se interessam pelo engrandecimento do Brasil. Disse-o o professor Souza Campos, em seu relatório sobre as atividades do extinto Escritório do Plano da Universidade e da Comissão do Plano Universidade do Brasil, relativamente ao período de 1935, 1944, e apresentado ao então Ministro da Educação, Sr. Gustavo Capanema, um dos entusiastas da Cidade Universitária : «Estamos, pois, diante de um problema real : a necessidade de instalações adequadas ao perfeito funcionamento destas escolas superiores. Dada esta situação, era lógico que se procurasse dar uma solução a este problema compatível com a nova fase destes estabelecimentos de ensino congregados em Universidade. Daí o pensamento de centralizai todos esses futuros edifícios em um mesmo *campus*. Teríamos assim a oportunidade de facilitar o acesso às fontes bibliográficas ; de condicionar um melhor aproveitamento do material de ensino; de permitir o intercâmbio entre professores e alunos; de dar as condições técnicas desejáveis ao esporte de que tanto carece a nossa mocidade estudiosa. Centralização da praça de esportes, fusão de instituições idênticas, formação do espírito universitário são, naturalmente, os mais evidentes benefícios da organização de uma Universidade que tem todos os seus institutos reunidos em terreno comum. Estes são os motivos que têm determinado a concentração das Universidades modernas e que têm levado muitas destas instituições a abandonar suas antigas instalações para criar outras dentro deste programa centralizador». Tais palavras se disseram, não só em consequência das instalações insuficientes e inadequadas das nossas instituições universitárias, como pela vantagem de, ao invés de se refundirem essas mesmas instalações, conservando-as como até aqui esparsas, longe umas das outras, grupá-las em um mesmo conjunto, tornando-as numa Ci-

Souza Campos, Rocha Vaz, Azevedo do Amaral, Carneiro Felipe, Lourenço Filho, Roquete Pinto, Flexa Ribeiro, Sá Pereira, Jônatas Serrano, Newton Cavalcante, Luiz Cantanhede e Nunes Pires, e designaram-se as seguintes comissões especializadas consultivas :

a) **Comissão de Filosofia e Educação**, composta dos Professores Roquete Pinto, Jônatas Serrano, Álvaro Osório de Almeida, Betim Pais Leme e Lourenço Filho ;

b) **Comissão de Medicina**, composta dos Professores Leitão da Cunha, Eduardo Rabelo, Rocha Vaz, Pedro Pinto, Brandão Filho, Clementino Fraga, A. Austregésilo, Annes Dias, Henrique Carpenter, Deolindo Couto, Barros Barreto ;

c) **Comissão de Direito**, composta dos Professores Cândido de Oliveira Filho, Castro Rabelo, Hahnemann Guimarães, Figueira de Melo, Filadelfo de Azevedo, Queiroz Lima e Júlio Porto Carrero ;

d) **Comissão de Engenharia**, composta dos Professores Rui de Lima e Silva, Freitas Machado, Azevedo do Amaral, Carneiro Felipe, Domingos Cunha, Dulcídio Pereira, Sá Pereira, Marinho de Azevedo, Ernani Cotrim e Lobato Kloeler ;

e) **Comissão de Belas-Artes**, composta dos Professores Arquimedes Memória, Rodolfo Chambelland, Correia Lima, Augusto Bracet, Morales de los Rios e Mário Leal ; e

f) **Comissão de Música**, composta dos Professores Guilherme Fontainha, Octavio Beviláqua, António de Sá Pereira, Lourenço Fernandes, Orlando Frederico e Francisco Braga.

Em seguida constituíram-se a **Comissão de Organização do Plano da Universidade** composta dos professores Souza Campos, Azevedo do Amaral, Carneiro Felipe, Jônatas Serrano e Lourenço Filho, e o **Escritório do Plano da Universidade**, sob a direção dos Professores Azevedo do Amaral e Souza Campos ; comissão e escritório esses que funcionam permanentemente. O escritório dividia-se em uma seção técnica, para a execução gráfica dos programas descritivos, e em outra de expediente, para os serviços gerais, ambas funcionando sob o regime de tempo integral. Além dessas duas seções, funcionava junto ao escrito-

rio uma comissão de arquitetura, encarregada da revisão, ajustamento e determinação da parte construtiva dos projetos definitivos. A comissão central, entrando desde logo a funcionar, designou uma subcomissão composta dos Professores Souza Campos, Lourenço Filho, Azevedo do Amaral, Carneiro Felipe e Jônatas Serrano, sob a presidência do Professor Leitão da Cunha e com a incumbência de elaborar o plano da Universidade, baseando-o nas deliberações tomadas em comum. Deliberou-se, então, o seguinte :

a) Constituição da Universidade Nacional, discriminando-se as suas instituições fundamentais, complementares e acessórias e os estabelecimentos da Universidade que deveriam ser instalados na Cidade Universitária ;

b) Localização da Cidade Universitária ;

c) Programas construtivos para os diferentes edifícios da Cidade Universitária ;

d) Anteprojeto do plano geral da Cidade Universitária.

*
* *
*

Relativamente à localização da Cidade Universitária, foram feitos estudos pelo engenheiro Morais Vieira, em caráter preliminar, consistindo no levantamento topográfico e em avaliações dos terrenos considerados merecedores de preferência, situados u Praia Vermelha, Leblon, Gávea, e vizinhança da Quinta da Boa Vista. E, pelo mesmo engenheiro e sobre o mesmo assunto, foram apresentados quatro relatórios, de posse dos quais, o governo resolveu convidar, para emitir opinião sobre o local que se deveria preferir, uma autoridade estrangeira de reconhecida competência na especialidade e de renome internacional. A escolha recaiu no Professor da Universidade de Roma, arquiteto Marcelo Piacentini, que, aceitando o convite, veio ao Rio e aqui esteve de 13 a 24 de agosto de 1935. Uma vez conhecedor de todos os estudos feitos e tendo, pessoalmente, examinado os terrenos, cujo levantamento topográfico já se havia realizado, o Professor Pla-

centini apresentou relatório, emitindo a sua opinião sobre os locais preferíveis, e estes eram, no seu entender, a Praia Vermelha e a vizinhança da Quinta da Boa Vista. Em consequência, a subcomissão sugeriu ao Ministro Capanema a execução de estudos especiais em cada um dos locais indicados como preferíveis. Aceita a sugestão, os engenheiros Moraes Vieira e Saboia Ribeiro foram encarregados de realizar esses estudos e a eles se entregaram incontinenti.

À vista do relatório, em seguida, apresentado por esses engenheiros e dos demais trabalhos relativos ao assunto, a comissão central indicou uma comissão especial, composta dos professores Leitão da Cunha, Souza Campos, Azevedo Amaral e Rocha Vaz, para dar parecer sobre qual dos dois locais deveria ser o preferido para nêle se construir a Cidade Universitária. Essa comissão deu, dias após, parecer, opinando, unanimemente, porque se desse preferência aos terrenos vizinhos da Quinta da Boa Vista, o que foi aprovado pela comissão central, contra os votos dos Professores Filadelfo de Azevedo e Flexa Ribeiro. Pela comissão respectiva deu-se então início à elaboração dos programas construtivos dos diferentes edifícios que deveriam compor a Cidade Universitária. A comissão central resolveu que, por intermédio do Ministro da Educação, se tomassem as seguintes providências :

a) Convite a uma comissão de engenheiros e arquitetos para elaborar a construção da Cidade Universitária ;

b) Designação de uma comissão de juristas para examinar a situação jurídica dos terrenos escolhidos, atribuindo-se-lhe ainda a incumbência de estudar os títulos de propriedade, acordar permutas, trocas e vendas que se tornassem necessárias ;

c) Contrato com o Professor Luiz Cantanhede, relativamente aos serviços de levantamento topográfico de precisão dos terrenos nos quais se construiria a Cidade Universitária, de acordo com a proposta e as bases organizadas pelo Escritório do Plano da Universidade ; e

d) Convite ao arquiteto Le Corbusier para vir ao Brasil estudar o plano da Cidade Universitária.

Tudo isso foi feito. O arquiteto Le Corbusier, atendendo ao convite oficial, chegou ao Rio a 13 de julho de 1936 e a 10 de agosto do mesmo ano, apresentou o seu relatório e respectivos desenhos, correspondentes ao seu plano da Cidade Universitária, os quais foram de tal maneira criticados pelos diretores do Escritório do Plano da Universidade que, prejudicados, se abandonaram. E em outubro desse mesmo ano, o Ministro da Educação tomou conhecimento do anteprojeto do plano geral da Cidade Universitária, elaborado pela comissão de engenheiros, mencionada na alínea «a», e resolveu submeter o mesmo ao estudo de uma comissão especial, que o rejeitou unânimemente.

Tanto os terrenos da Praia Vermelha quanto os da vizinhança da Quinta da Boa Vista foram julgados pouco adequados para em qualquer deles se construir a Cidade Universitária. Assim esses terrenos, bem como os do Leblon e da Gávea, deixaram, então, de ser objeto de preocupações por parte das comissões e subcomissões. Como elementos de informações e estudos, encontravam-se arquivados no escritório central os seguintes trabalhos: relatório dos diretores do Escritório do Plano da Universidade e relatório e atas das sessões da Comissão Especial incumbida de elaborar o relatório final sobre o problema da Cidade Universitária da Universidade do Brasil...

*
* *
*

Em abril de 1941, voltou-se a cuidar do local em que seria construída a Cidade Universitária, sugerindo-se, nessa ocasião, a recusa definitiva dos locais anteriormente estudados. Ao engenheiro Paulo de Assis Ribeiro, que então assumira a chefia do serviço de engenharia, cargo que vinha sendo ocupado pelo engenheiro Octacílio Negrão de Lima, a Comissão Central forneceu os elementos necessários para que se fizessem estudos de outros locais com possibilidades de serem aceitos. Foram, à vista disso, estudados os seguintes novos locais : Esplanada do Castelo, Ilha do Governador, Marechal Hermes, Deodoro, Lagoa Rodrigo de Freitas, Fazenda dos Afonsos, Morro da Viúva, Ni-

terói, Petrópolis e Vila Valqueire. Esse último local passou a ser aquele que mais possibilidades apresentava para nêle se erguer a Cidade Universitária, porque, na opinião de vários professores, era o melhor de todos, tanto sob o ponto de vista topográfico quanto sob o ponto de vista de sua amplitude e aspecto geral, preenchendo, por isto, as condições necessárias para a localização da Cidade Universitária. Toda a atividade das comissões e subcomissões passou a ser empregada nos estudos relativos aos terrenos da Vila Valqueire, em Jacarepaguá. O próprio Presidente da República foi levado a visitar aquele local escolhido. Prosseguiram-se os estudos respectivos e, em 8 de junho de 1944, foi expedido o Decreto-lei n.º 6.574 determinando que os estabelecimentos de ensino e os demais serviços da Universidade do Brasil, a serem reunidos em cidade universitária, edificassem-se nos terrenos da Vila Valqueire. Apesar de tudo, ainda não seria local definitivo o mencionado, como, meses depois, se verificou, naturalmente com sacrifício de tempo e dinheiro.

*
* *
*

Em 24 de março de 1944, o «Ministro da Educação e Saúde propôs ao Presidente da República fosse organizado, sob a direta dependência do Departamento Administrativo do Serviço Público (D. A. S. P.), um escritório técnico especial para assumir o encargo de projetar as obras de construção da Cidade Universitária, e junto a êste escritório se mantivesse uma delegação do Ministério da Educação e Saúde, para apresentação de dados e estudos de natureza universitária. O Presidente da República, aceitando a sugestão ministerial, expediu o Decreto-lei n.º 7.217, de 30 de dezembro de 1944, extinguindo o que até então existia sobre o assunto naquele Ministério e criando, na Divisão de Edifícios Públicos do D. A. S. P., o atual Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil.

Seu chefe, o engenheiro Luiz Hildebrando de Barros Horta Barboza, falando à imprensa, pouco depois de empossado naquele cargo, salientou que "a Cidade Universitária deverá ter

capacidade para cerca de 15.000 alunos e contará com faculdades e institutos para todas as modalidades de cultura e educação, desde as filosóficas até as belas-artes e cultura física. Um problema que deverá ser encarado é o assistencial, para que o ensino superior possa ficar ao alcance de todos aqueles que, bem dotados cerebralmente, não o são monetariamente. À elite do dinheiro deverá ceder lugar à elite dos mais capazes moral e intelectualmente. Isto só poderá ser alcançado, tornando-se o ensino praticamente gratuito e, se possível, até mesmo criar recursos para estender os elementos destituídos de capacidade econômica".

Ao invés da Vila Valqueire, outro local, julgado mais apropriado e com a vantagem de ser propriedade do Estado e, portanto, sem maiores despesas nem embaraços, havia sido encontrado: era, agora e por fim, um conjunto de ilhas da baía de Guanabara. A escolha do novo e definitivo local estava feita de uma vez por todas e aprovada oficialmente pelo Decreto-lei n.º 7.563, de 21 de maio de 1945. As esperanças dos que se batem pela construção da Cidade Universitária do Brasil voltaram-se desde então para o referido arquipélago.

Calculava-se em três anos o tempo que se despenderia com as obras de aterros, terraplenagens e desapropriações das ilhas em que se ergueria o grupo de edifícios destinados a ser um centro cultural bem localizado e aparelhado. Infelizmente isto não foi possível, e ainda hoje aquelas obras não se encontram terminadas de todo.

A Universidade do Brasil continua, pois, em unidades dispersas, longe umas das outras, todas deficientes, dispostas e instaladas ao sabor das circunstâncias de cada época, ao invés de encontrar-se reunida em terreno comum, à maneira do que se faz no estrangeiro, onde seculares universidades, para bem atender às exigências modernas, têm abandonado as suas antigas instalações, criando outras que as substituam, consoante um programa centralizador. Ainda que isso não se leve a efeito de uma assentada, construindo-se, simultaneamente, todos os edifícios escolares e complementares, será, como convém que o seja, um plano que, previamente traçado, ir-se-á realizando por etapas

e sujeito às possibilidades económicas do país e mesmo a outras circunstâncias. Basta que se reunam na futura Cidade Universitária, preferentemente, a Escola Nacional de Engenharia, a Faculdade Nacional de Medicina, a Faculdade Nacional de Direito, todas as Instituições, enfim, pertencentes à Universidade do Brasil e que se encontram, como bem o sabemos, mal localizadas e instaladas, concorrendo para o baixo nível, que, de dia para dia, caracteriza o ensino superior em nosso país.

Localizada em arquipélago ligado ao continente por uma ponte e tendo, não só a vantagem do isolamento propício ao estudo, como, ao que dizem sanitaristas, excelente clima, a Cidade Universitária da Universidade do Brasil estará aparelhada para bem corresponder a seus fins. Seguirá ela, naturalmente, modelo estrangeiro, mas apresentando características nacionais, pois que, para a realização de obra da espécie, não se poderia desprezar a experiência de outros povos já amadurecidos e de requintada cultura, o que não quer dizer seja tudo cópia fiel no planejamento da Cidade Universitária, quando esta será adaptada às realidades culturais de acordo com a nossa formação. Todos quantos nos interessamos pela cultura brasileira aspiramos a que o Brasil venha a possuir, não uma apenas, mas várias cidades universitárias nos moldes da que se projeta na capital da República. O nosso país, não obstante as dificuldades financeiras e económicas atuais, nem por isto deixa de estar em condições de construir e manter uma universidade igual em instalações, professores e eficiência às existentes em outros países. Trata-se de empreendimento que virá satisfazer uma nobre e patriótica aspiração de todos os brasileiros que anseiam por um Brasil dotado do quanto lhe facilite o progresso e a prosperidade e lhe dê ensejos de impôr-se ao mundo como nação verdadeiramente civilizada, digna do respeito e credora do apreço das demais nações. E somente pela cultura própria bem estruturada, definida em bases sólidas e características, conseguir-se-á essa posição a que aspiramos.

Ademais, as despesas e os esforços que se fizeram com a construção da Cidade Universitária, não serão feitos sem compensação, pode-se dizer, imediata e de importância, não apenas

moral, mas também material. Tudo que se fizer para a realização deste antigo sonho, não representará desperdício com uma obra suntuosa que só fale à nossa vaidade patriótica, mas, sim, emprego de capital cujos juros são providencialmente enormes, porque estes e aquele revertem para o engrandecimento do Brasil. Mesmo para as relações entre os povos e que se querem sempre mais estreitas e cordiais, as universidades nos moldes da que se planeja são, sem dúvida, excelentes veículos através de sua ação congregada para o desenvolvimento do quanto deva ser comum no programa espiritual do mundo e, principalmente, das Américas. Além disso, são uma garantia e uma defesa para a nacionalidade, porque «não é somente nas linhas de batalha, manejando engenhos bélicos e armas mortíferas, que se combate pela vitória das ideias; as próprias ideias são forças que se podem manejar, preparando nas retaguardas as vitórias espetaculares de ideias, êste espírito sempre alerta e ativo, capaz de todos os heroísmos, quer na guerra quer na paz».

A fundação da Cidade Universitária é uma ideia em marcha e não seria lícito que se julgasse destinada ao malogro. Há muitos anos que ela se movimenta e pouco se nos dê que ainda não tenha atingido a um ponto menos subjetivo do que aquele no qual se encontra, aquém da sua realização. Acaso devemos culpar os que, no decorrer desse tempo, não puderam ou não souberam dar realidade a essa ideia de salvação cultural do Brasil? Acreditamos ser melhor desculpá-los e continuarmos cheios de esperanças, certos de que, em futuro próximo, os nossos descendentes se possam ver apercebidos dessa cultura e dessa prática que ainda hoje não possuímos, e que, no entanto, seria o nosso orgulho de indivíduos não apenas inteligentes, mas também competentes, aptos para a vida e o mundo, para as atividades úteis e em harmonia com a humanidade moderna que não teme o contato com a realidade do mundo e da vida...

*

* *

O retrospecto histórico, que acima se faz, da ainda em início de construção Cidade Universitária da Universidade do Bra-

sil. e já publicado no Jornal do Comércio de 9 de abril de 1950, é apenas um relato sucinto do que, até àquela data, havia sobre o assunto. Do que de então para cá se vem fazendo, eis o que se segue, também de maneira sucinta, sobre o mesmo empreendimento, cujas obras ora se ativam, ora se retardam. tudo, -no entanto, em conformidade com os recursos financeiros destinados àquelas mesmas obras, as quais importam em cuidados especiais por parte de engenheiros e arquitetos, a fim de que delas nada fuja à finalidade prevista.

O agravamento progressivo da economia nacional neste último decénio é, sem dúvida, o maior responsável pela situação em que se encontra, ainda hoje, aquele projetado centro universitário. De certo o atual Governo não se descuida do quanto possa contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis, incluindo-se, portanto, o de nível superior, que se deve aperceber do que se faça necessário para a sua completa eficiência, como instrumento indispensável ao progresso e, consequentemente, à prosperidade do Brasil. Além do que consta do programa governamental correspondente à educação, prevendo a instalação de H institutos de especialização técnica e de pesquisa, o Presidente da República está sinceramente empenhado em que o ensino superior seja reequipado de maneira a corresponder plenamente a seus fins. Assim sendo, tudo fará ao seu alcance, no sentido de que a Cidade Universitária venha a se construir o mais depressa possível.

Já é tempo de o Brasil dispor de, pelo menos, um centro de estudos igual aos que possui todo o país civilizado, centro esse no qual os jovens possam desenvolver ao máximo a sua inteligência e, adquirindo uma profissão especializada, adquirir também a profissão universal, que é a do homem, como bem o diz Guyau, secundado por José Enrique Rodó, que, por sua vez, diz aos universitários: «Sereis, uns, homens de ciência; outros, homens de arte; outros mais, homens de ação. Mas, sobre todos os afetos que vos possam vincular individualmente a distintas aplicações ou a distintos modos de vida, deve pairar, no íntimo de vossas almas, a consciência da unidade fundamental de vossas

naturezas, que exige que cada indivíduo humano seja, antes de tudo e sobretudo, um exemplar não mutilado da humanidade, no qual nenhuma nobre faculdade do espírito fique obliterada, e nenhum alto sentimento perca a sua virtude comunicativa. Antes das responsabilidades de profissões e de cultura, está o cumprimento do destino comum de seres racionais. Aspirai, pois, a desenvolver o quanto possível, não um só aspecto, mas a plenitude de vossos seres. Nunca encolhais enfaticamente os ombros diante de qualquer nobre e fecunda manifestação da natureza humana, a pretexto de que vossas organizações individuais vos enclinem de preferência a manifestações diferentes. Sede espectadores atentos daquilo em que não possais ser atores».

Isto, no entanto, só se verifica em quem haja frequentado um centro universitário nos moldes do imaginado para a futura Cidade Universitária, onde o educando possa formar o seu espírito e o seu caráter de maneira a se permitir dizer que sendo criatura humana, nada do humano lhe é alheio. Embora a divergência das vocações pessoais imprima diversos sentidos às atividades humanas, definindo aptidões e preferências, nem por isto quem possua essa formação, se restringe exclusivamente à sua vocação profissional. Arma-se, ao contrário, de uma como cultura universalizada, à vista da sua desenvolvida capacidade de compreensão, consequente deste espírito universitário, que só se adquire em um centro de ensino em que os educandos se constituam numa família, cujos membros não se desentendem em intolerâncias e exclusivismos. . .

No dia em que o Brasil se vir aparelhado de modernos meios de ensino em número correspondente às suas necessidades, inclusive algumas universidades de acordo com as exigências do nosso tempo, os censores à Rui Barbosa não poderão dizer, dirigindo-se aos moços: «Haveis de conhecer, como eu conheço, países, onde quanto menos ciência se apurar, mais sábios florescem. Há, sim, dessas regiões, por este mundo além. Um homem (nessas terras de promessa) que nunca se mostrou lido ou sabido em coisa alguma, tido e havido é por corrente e moente no que quer que seja: porque assim o aclamam as trombetas da política, do elogio mútuo, ou dos corrilhos pessoais, e o povo subscreve

a néscia atoarda". E ainda do mesmo Rui Barbosa, a respeito dos falsos valores: «À esses homens-panacéias, a esses empreiteiros de todas as empreitadas, a esses aviadores de todas as encomendas, se escancelam os portões da fama, do poderio, da grandeza, e, não contente de lhes aplaudir entre os da terra a nulidade, ainda, quando Deus quer, a mandam expor à admiração do estrangeiro. Pelo contrário, os que se têm por notórios e incontestáveis excederam o nível da instrução ordinária, esses para nada servem. Por quê? Porque *sabem demais*".

Por muitos motivos, pois, o Brasil precisa, não de uma, mas de várias Cidades Universitárias, a exemplo desta que se está construindo, ali, naquele conjunto de ilhas da baía de Guanabara, no qual todas as instituições de nível superior serão agrupadas, formando um centro cultural propício ao preparo científico, técnico, artístico e moral das novas gerações que a escolherem para a sua formação profissional e social.

No dia em que a Cidade Universitária fôr inaugurada, assistir-se-á ao despontar de uma alvorada, início de uma era de vitórias para o engrandecimento nacional. Ninguém mais do que o atual Governo está certo disto, e o deseja. Apesar das dificuldades financeiras e económicas do momento, não se pôs de lado o plano de sua realização.

*
* *
*

Em 1956, o engenheiro Luiz H. de B. Horta Barboza publicou interessante trabalho ilustrado, no qual informa o que, sob a sua chefia técnica, se havia realizado e o que se estava realizando naquele conjunto de nove ilhas situadas em frente ao Instituto Oswaldo Cruz, entre a Ponta do Caju e a Ilha do Governador.

A ilha universitária, que se formara com a ligação entre si das ilhas do Fundão, Baiacu, Cabras, Pindaí do Ferreira, Pindaí do França, Bom Jesus, Catalão, Pinheiro e Sapucaia, ao invés de ficar, segundo o projeto inicial, com uma superfície total de 5.957.000 m², teve essa mesma superfície reduzida, passando

a medir 5.596.000 m², em consequência de correções posteriores, feitas com o objetivo de se evitarem aterros marítimos muito profundos. Desse total a Cidade Universitária dispõe, presentemente, de 2.286.000 m² aterrados e saneados.

«Os volumes de areia e terra utilizados nas ligações e enchimento dos canais entre as ilhas, bem como na elevação dos níveis das próprias ilhas e dos baixios adjacentes, pouco excedeu de 13 milhões de metros cúbicos, medidos pelas diferenças de cota do terreno antes e depois dos trabalhos. Releva notar a importância desses aterros para o saneamento da enseada de Manguinhos, como, também, o auxílio que representam para a formação das pistas do Aeroporto do Galeão, de cujas colinas vieram vários milhões de metros cúbicos de terra».

Com os trabalhos de unificação, saneamento e elevação do nível das ilhas, as despesas atingiram, até aquele ano, a quantia de Cr\$ 242.211.987,50. Para a formação da ilha universitária, despenderam-se Cr\$ 3.446.000,00 com desapropriações. Dessa importância Cr\$ 210.000,00 destinaram-se ao pagamento de benfeitorias. Mas o total das despesas feitas com as desapropriações atingiu a Cr\$ 11.017.000,00.

A capacidade de lotação da Cidade Universitária será, na primeira fase, de 23.000 pessoas, das quais 2.000 corresponderão ao corpo docente, 2.300 aos serventuários e 3.500 aos leitos do Hospital de Clínicas e dos demais Institutos Médicos. A população final, quando a lotação fôr de 30.000 estudantes, será de 40.000 pessoas, no máximo.

A Cidade Universitária está dividida em dez setores:

- 1.º) Setor de Reitoria, Biblioteca, Museu e Planetário.
- 2.º) Setor de Filosofia, Ciências, Letras e Educação.
- 3.º) Setor de Ciências Sociais, Jurídicas, Políticas, Económicas e Administrativas.
- 4.º) Setor de Medicina, Odontologia, Farmácia e Enfermagem.
- 5.º) Setor de Engenharia, Química, Tecnologia, Electrotécnica e Física Nuclear.

6.º) Setor de Arquitetura, Urbanismo, Belas-Artes, Música e Teatro

7.º) Setor de Educação Física e Desportos.

8.º) Setor de Residência para estudantes, professores e funcionários.

9.º) Setor da Prefeitura e Serviços Auxiliares.

10.º) Setor Florestal e Zoológico.

Para o planejamento das unidades componentes da Cidade Universitária, o Escritório Técnico vem utilizando-se de copioso documentário, que possui, relativo a unidades estrangeiras de ensino superior. Recorrendo a plantas, detalhes e memórias de muitas delas, é que os nossos técnicos se orientam, a fim de que os edifícios universitários correspondam em tudo à sua finalidade educativa.

*

* *

No que respeita a recursos financeiros, transcrevemos o seguinte, constante do mencionado trabalho do Dr. Luiz Hildebrando de Barros Horta Barboza:

«O plano de construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil teve, logo no início, um fundamento econômico-financeiro perfeitamente adequado. As Leis ns. 452 e 461, de 5 e 19 de julho de 1937, respectivamente, criaram, com efeito, recursos especiais que adviriam da alienação de numerosos imóveis de propriedade federal, arrolados nos artigos 17 e 20 da primeira das leis citadas.

Em setembro de 1945, um levantamento metuculoso dessas propriedades, acusava a existência de cerca de 11.000.000 m² disponíveis, situados em Manguinhos, Cais do Porto, Bonsucesso, Caju, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral e no Estado do Rio de Janeiro além de imóveis diversos, sob a administração da Fazenda Nacional, situados na Esplanada do Senado e do Castelo, Laranjeiras, Gávea, Laboa e outros locais.

Naquela data, esses imóveis estavam avaliados em Cr\$ 1.679.650.000,00.

Nos termos do Decreto-lei n.º 7.217, de 30 de dezembro de 1944, foi aberto um crédito especial de Cr\$ 10.171.073,30 para aplicação em estudos, projetos e trabalhos preliminares de construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil.

Cumpré notar que as alienações previstas pela Lei n.º 452, acima citada, haviam produzido, até fins de 1944, Cr\$ 14.808.069,40.

Por outro lado, o Decreto-lei n.º 7.563, de 21 de maio de 1945, estabelece, confirmando a Lei n.º 452 :

«Art. 3.º Os imóveis a que se referem os artigos 17 e 20 da Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, continuarão a ser alienados em benefício da Cidade Universitária, de acordo com o disposto nos parágrafos deste artigo.

§ 1.º O Serviço do Patrimônio da União providenciará a alienação dos citados imóveis, recolhendo as quantias obtidas, imediatamente, a uma conta especial aberta no Banco do Brasil, sob a rubrica «Recursos da Cidade Universitária», conta cuja movimentação somente poderá ser feita para os fins especificados no § 3.º deste artigo.

§ 2.º À medida que o planejamento e a execução da Cidade Universitária forem exigindo novos recursos monetários, serão abertos créditos especiais em benefício da referida obra, os quais serão depositados na conta aberta no Banco do Brasil, em nome do Chefe do Escritório Técnico da Universidade do Brasil, por força do art. 6.º do Decreto-lei n.º 7.217, de 30 de dezembro de 1944.

§ 3.º Simultaneamente com o que estatui o parágrafo anterior, e em cada lei que determinar a abertura de um crédito especial em favor da Cidade Universitária, será determinado o recolhimento de igual im-

portância ao Tesouro Nacional, como receita extraordinária, e que será debitada ao saldo da conta «Recursos da Cidade Universitária.»

Já em 16 de setembro de 1946, em razão do Decreto-lei n.º 9.893, foi excluído da relação dos imóveis destinados ao financiamento das obras da Cidade Universitária o terreno atualmente ocupado pela Refinaria de Petróleo de Manguinhos. Nos «consideranda» dessa lei, é dito :

"Considerando que o terreno que mais bem atende às necessidades da refinaria, de acordo com o parecer do Conselho Nacional do Petróleo, é o de propriedade da União, situado na Enseada de Manguinhos, e descrito no art. 1.º do presente Decreto-lei; e

Considerando que, por estar o mesmo incluído entre os que a Lei n.º 452 e o Decreto n.º 1.841, de 5 e 31 de julho de 1937, respectivamente, manda alienar, aplicado o produto da venda na construção da Cidade Universitária, e que, vigentes essas leis, não seria possível o seu aforamento, independente de hasta pública, àquele concorrente, com fundamento em aproveitamento econômico mereça tal exceção, decreta:

Art. 1.º Fica excluído das disposições da Lei n.º 452 e do Decreto n.º 1.841, respectivamente de 5 e 31 de julho de 1937, o terreno de marinha e acrescido com área de, aproximadamente, 1.100.000,00 m2 (hum milhão e cem mil metros quadrados), situados na Enseada de Manguinhos, Distrito Federal."

Posteriormente e nos termos da Exposição de Motivos n.º 153, de 14 de fevereiro de 1948, opinou o Sr. Diretor-Geral do D. A. S. P. favoravelmente às medidas sugeridas pelo Sr. Ministro da Educação e Saúde em sua Exposição de Motivos n.º 107, de 29 de julho de 1947, com ligeira variante, expedientes esses aprovados pelo Sr. Presidente da República.

Dentre as medidas autorizadas por aquele ato, constam as seguintes :

a) aprovar as conclusões unanimemente adotadas pela Comissão que foi incumbida de proceder, em definitivo, aos estudos relativos à final localização da futura Cidade Universitária ;

b) autorizar a inclusão, nos futuros orçamentos da União, de verbas destinadas à construção da «Cidade Universitária da Universidade do Brasil», seja mediante uma previsão de receita proveniente da alienação dos imóveis arrolados pela Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, seja a conta da cota constitucional de 10 % destinada aos serviços de Educação e Saúde.»

Logo a seguir e segundo permissão constante da Lei n.º 447, de 20 de outubro de 1948, foi aberto um crédito especial de Cr\$ 12.860.000,00 para ocorrer a despesas com a construção da Cidade Universitária.

A partir de 1949, os recursos para o prosseguimento das obras de construção da Cidade Universitária passaram a ser concedidos pelas leis orçamentarias da União, sem quaisquer referências ao fundo constituído pelos imóveis arrolados nas Leis ns. 452 e 461, de 1937, leis essas que, não obstante vigentes, deixaram de ser aplicadas.

*
* *
*

A totalidade de créditos especiais e orçamentários, desde 1937 até 1957, apresenta a seguinte distribuição :

	Cr\$
1937/44	7.792.134,40
1945/48	10.151.423,10
1949	34.525.773,85
1950	30.458.062,40
1951	52.052.767,30
1952	113.551.217,70
1953	197.134.824,60
1954	213.612.725,30
1955	133.786.009,60
1956	273.853.189,10
1957	147.600.000,00

Total 1.214.518.027,35

Nestes últimos trinta anos acentua-se, num crescendo perceptível mesmo pelos menos atentos ao problema educativo do povo brasileiro, a necessidade dos estabelecimentos de ensino superior reorganizarem-se, formando cidades universitárias, tanto no Distrito Federal, quanto em São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Curitiba e Porto Alegre. Os processos modernos de ensino técnico-científico criaram exigências que outrora não se conheciam. Os ensinamentos, na atualidade, não se transmitem à maneira antiga, de quando os laboratórios de todos os tipos e especialidades não preponderavam sobre o ensino teórico e verbal, como se verifica em nossos dias. A eloquência e a retórica cederam lugar à pesquisa, à experimentação, ao pensamento comprovado, porque outras são as condições da vida, no mundo em mudança.

O individualismo, por sua vez, vem fazendo concessões ao espírito universitário, imperativo da época em que vivemos, na qual o indivíduo tem de pensar e agir em função do coletivo. Por isto mesmo, ao invés de aulas apenas verbais, o ensino experimental, ministrado nos laboratórios especializados. Compreendendo-o, é que o Governo procura orientar-se, valendo-se da experiência de outros povos, no sentido de que o Brasil seja dotado de verdadeiras cidades universitárias, no seio das quais os vários setores de ensino e pesquisa possam viver em íntima comunhão e interpenetração.

De fato, "o rápido crescimento das matrículas nas diversas unidades da atual Universidade do Brasil, bem como o desenvolvimento dos seus laboratórios e instalações especializadas para o ensino técnico e experimental, acarretaram, desde 1920, uma situação verdadeiramente crítica, quanto ao espaço disponível, nos já velhos e insuficientes edifícios adaptados e readaptados várias vezes, tendo em vista atividades para as quais não haviam sido construídos. Esparsos por todos os cantos da cidade, os estabelecimentos de ensino superior que vieram a integrar a Uni-

versidade do Brasil, em razão das peculiaridades que acompanharam a criação de cada qual, não atendem, de há muito, às mais rudimentares exigências da técnica das construções destinadas ao ensino". Daí a necessidade imperiosa da construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, que se deve dotar do que houver de mais moderno e eficiente em matéria didática e de transmissão de conhecimentos científicos, técnicos e práticos, além do mais que caracteriza um centro cultural de verdade.

Não se trata, é claro, de obra que se realize do dia para a noite, mas, também, não se trata de obra que se eternize, tal a demora do seu acabamento. Não fossem as dificuldades financeiras, e a Cidade Universitária estaria quase concluída. O Escritório Técnico tudo faz ao seu alcance para apressar as obras em início.

Também o que se verificou, de 1937 a 1944, a respeito da edificação da Cidade Universitária, com as incertezas da sua localização, importou em demoras e descêditos em relação ao problema do ensino superior em o nosso país, pois as coisas foram de tal ordem que bem atestam a leviandade daqueles que não se apoiavam em cuidadosos estudos técnicos e em minuciosos exames das prováveis dificuldades, quando, no entanto, assumiam a grave responsabilidade de solucionar aquele magno problema. Consideráveis são, em consequência disso, os prejuízos de tempo e de dinheiro, no que respeita à edificação da Cidade Universitária da Universidade do Brasil;

Por fim, encontrado o local definitivo na área formada pela unificação de várias ilhas em uma ilha, vem-se ali construindo o centro universitário mais importante do nosso país, apesar da situação financeira e econômica em que nos debatemos na atualidade.

*
* *
*

O Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil vem sendo, desde fins de 1956, chefiado pelo seu antigo Coordenador, o engenheiro Lucílio Briggs Brito, e tendo

como Arquiteto-Chefe o arquiteto Jorge Machado Moreira, que ocupa esse cargo desde a chefia geral do engenheiro Luiz Hildebrando de Barros Horta Barboza.

Não obstante o empenho com que os responsáveis pela construção da Cidade Universitária se entregam ao trabalho, o rendimento deste não se apresenta como todos desejamos que se apresentasse, e isto porque os recursos financeiros postos anualmente à disposição do Escritório Técnico são sempre insuficientes para os fins a que se destinam. De certo o atual Governo desejaria ver ativadas ao máximo as obras da Cidade Universitária, mas a situação precária das finanças nacionais o impedem de atender o que lhe é solicitado para o seu acabamento.

Naturalmente esta demora importa em sérios prejuízos, exigindo, de ano para ano, maiores despesas, dado o crescente encarecimento do material e da mão-de-obra. E isto, que é importante, não se falando nos prejuízos causados à nacionalidade no que respeita à formação científica e técnica dos jovens brasileiros. O Brasil carece de filhos capacitados que, nas múltiplas atividades humanas, o sirvam de maneira eficiente e progressiva. Desde que se formasse uma primeira geração bem apercebida dos conhecimentos científicos e técnicos mais atualizados do seu tempo, o Brasil ver-se-ia isento de mil entraves para o seu progresso e a sua prosperidade. Bem educar as novas gerações importa em dotar à Pátria daquilo que lhe é indispensável para a sua grandeza e para o seu prestígio internacional. Os grandes estadistas de todos os tempos sempre se voltaram para a educação, em consequência da qual os seus compatriotas se tornassem mais aptos para a vida, em benefício próprio e coletivo.

De certo a magnitude da empresa não permite tenham os seus realizadores muita pressa no desincumbir-se de suas tarefas, mas as delongas excessivas são contrárias aos interesses nacionais. O plano de construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil teve, em seu início, um fundamento eco-

nômico-financeiro perfeitamente adequado, pois que, segundo as leis ns. 452 e 461, de 5 e 19 de julho de 1937, foram criados recursos especiais que adviriam da alienação de numerosos imóveis de propriedade federal. Tais recursos, no entanto, foram retirados, posteriormente, por meio de decretos-leis. De então para cá, o que vem dificultando a construção da Cidade Universitária é a escassez de dinheiro. Não fosse isto, e tudo estaria em situação diferente. Se ainda não estivesse edificada de todo, pouco faltaria para tal. Presentemente a falta de recursos orçamentários é o principal entrave para que a Cidade Universitária tenha as suas obras terminadas. Apesar da época de depressão econômica em que vivemos, o atual Governo faz o possível para que as coisas cheguem a seu termo, ainda que vagarosamente. Aos que se confia a edificação daquele centro educativo, o mais moderno e completo que teremos para a formação universitária do nosso povo, não faltam, porém, paciência, método, tenacidade, entusiasmo; o necessário, afinal, para o empreendimento nas condições em que se realiza.

A LOCALIZAÇÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA

QUEM visita o local em que se está edificando a Cidade Universitária verifica, desde logo, o acerto da sua escolha. Nenhum outro local poderia ter sido encontrado em melhores condições, no Distrito Federal. Tanto pela sua topografia, quanto pela sua sanidade climática, aquele conjunto de ilhas é o mais adequado para nêle se reunirem as dependências da Universidade padrão. Haja embora quem o diga não de todo correspondente à sua finalidade, isto, porém, foge à verdade, e é julgamento de quem coloca acima dos interesses da nacionalidade, que se quer evolvida, as conveniências pessoais.

A localização adotada foi o resultado de estudos meticolosos, verificando-se assim «a felicidade da indicação em face da maioria das características essenciais que deveria possuir o local destinado à futura Universidade. Assim é que, procedida a comparação das áreas e examinadas as questões referentes às distâncias, acessibilidade, custo de aquisição, despesas de preparo do terreno e as de construção dos meios de acesso, bem como analisados os empecilhos de ordem social, quais os decorrentes de desapropriações, demolições de benfeitorias, obras complementares de saneamento, valorização do patrimônio, etc., obtiveram-se resultados tão favoráveis que, num quadro comparativo de números índices, colocaram-se as ilhas em primeiro lugar».

Antes de ser fixada a solução mais indicada, o D. A. S. P. ouviu pareceres de professores, bem como a opinião dos estudantes através do seu Diretório Central, perante o qual se expuseram: os elementos técnicos que justificavam a escolha feita. Os verdadeiros interessados na realização do monumental empreendimento manifestaram-se, aprovando-o. E tudo, como o consta

da Exposição de Motivos n.º 936, foi, em 14 de maio de 1945, levado à consideração do sr. Presidente da República. A 21 do mesmo mês e ano, foi, afinal, assinado pelo Chefe do Governo o Decreto-lei n.º 7.563, que dispôs sobre a localização definitiva da Cidade Universitária da Universidade do Brasil.

Hoje, que se uniram aquelas nove ilhas, quem visita as obras que ali se realizam, pode fazer uma ideia do que, em grandiosidade e beleza, será, depois de edificado, aquele centro educativo e cultural, onde as novas gerações brasileiras terão o de que se necessita para a sua boa formação profissional, tanto em proveito próprio, quanto em benefício coletivo.

Em face das dificuldades na obtenção de verbas correspondentes ao vulto do empreendimento, restringem-se as obras a trabalhos urbanísticos essenciais e aos edifícios já em construção, exceto o do Instituto de Puericultura, que, por ser uma das menores unidades da Cidade Universitária, já foi concluído e inaugurado. Em consequência disto, vão-se concentrando as verbas obtidas nos seguintes trabalhos: Formação da Ilha Universitária, Hospital de Clínicas, Faculdade Nacional de Engenharia, Faculdade Nacional de Arquitetura, Obras Gerais e de Urbanização, e Ponte de Manguinhos, entrada principal da Cidade Universitária e onde ficará o monumento a Rui Barbosa. Já foram concluídas a Ponte Oswaldo Cruz, com 26m de largura, seis faixas de rolamento, dois passeios, 200m de extensão, e unindo a Cidade Universitária ao continente, e a Alameda Principal que conduz às faculdades de Engenharia e Arquitetura.

Como se pode ver nas ilustrações (vistas aéreas), que se encontram nesta breve monografia, as obras do Hospital de Clínicas, Faculdade Nacional de Arquitetura e Faculdade Nacional de Engenharia vão bastante adiantadas, apesar de tudo. Trata-se de edifícios de grande vulto e significação arquitetônica, os quais, desde agora, dão a quem os visita uma ideia antecipada da grandiosidade que terão quando terminados. São edificações que se realizam, visando não apenas ao presente, mas, sim, também ao futuro.



Apresentando-se quase tãda a grande área da Ilha Universitária despida de vegetação, em consequência de parte dela ter sido conquistada ao mar e aos mangues, como por ter sido a área das próprias ilhas fundidas quase tãda aterrada, houve necessidade da criação de hortos próprios, pois que «o problema de arborizar e ajardinar mais de 500 hectares não poderia ser resolvido adquirindo-se mudas, nem apelando para os hortos federais e municipais existentes. A compra a particulares atingiria a valores elevadíssimos e os órgãos do Governo ainda não possuem mudas em quantidades suficientes para os seus encargos normais, sendo eles próprios compradores.» Assim sendo, três grandes hortos foram criados, um, permanente, em terras da antiga ilha da Sapucaia, e outro, provisório, na ex-ilha do Catalão, cuja mata foi limpa e enriquecida. Um terceiro horto, auxiliar, instalou-se em terras situadas junto ao Jardim Botânico, cedidas, a título precário, pelo Ministério da Agricultura. Esses três hortos dispõem, atualmente, de mais de 50.000 mudas para arborização e ajardinamento. Para atender as suas próprias necessidades no que respeita à vegetação, pode-se dizer que a Cidade Universitária está em condições de bastar-se a si mesma.

*
* *
*

No que se refere ao abastecimento de água, eletricidade e gás, bem como à rãde de esgotos e à incineração de lixo, são problemas para os quais já foram encontradas as soluções adequadas. Para garantir o futuro abastecimento de água, projeta-se a construção de uma subadutora privativa da Cidade Universitária, derivada das adutoras de Lages, nas proximidades de Manguinhos. Relativamente aos efluentes de esgotos, ficou resolvido que os mesmos poderiam ser lançados no início do coleior geral da Penha, sendo que as obras respectivas deverão ser custeadas e executadas pelo Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil.

O ANDAMENTO DAS OBRAS

Em entrevista a um matutino carioca, o Ministro da Educação e Cultura, sr. Clóvis Salgado, respondendo a sugestões dos estudantes relativas à Cidade Universitária, teve ensejo de dizer que as obras daquele centro de ensino superior vão andando devagar, mas vão andando em ritmo de acordo com as verbas orçamentarias, que, anualmente, se destinam a elas. Contudo, há esperança de que a construção da Cidade Universitária, iniciada em 1940, seja apressada, visto o seu controle se ter passado, no começo deste ano, para uma comissão na qual a Universidade tem maioria. À vista desta providência, o Ministro Clóvis Salgado acredita que aquelas obras andem mais rápido.

Naturalmente isto se diz, confiando-se em que se aumentem as verbas destinadas à construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil.

SOBRE OS LABORATÓRIOS

No tocante a laboratórios, o Ministro da Educação e Cultura teve ainda oportunidade de esclarecer o assunto, dizendo o seguinte: «Quando as Faculdades estiverem instaladas, o laboratório de uma servirá para os alunos de outra que tenham a mesma matéria, e isto para evitar que o Governo compre vários aparelhos iguais».

Quanto à inclusão de estudante na Comissão de Serviços, Planejamento e Execução das Obras da Cidade Universitária, o titular da pasta da Educação e Cultura declarou-se contrário, porque, na sua opinião, nenhum acadêmico tem maturidade suficiente e necessária para integrar comissões de tal magnitude.

Cuida ainda o Ministro Clóvis Salgado não estar a Cidade Universitária da Universidade do Brasil sendo construída, levando-se em conta a desnecessidade de vários laboratórios do mesmo gênero, como o preconizam os métodos pedagógicos mais modernos.

Contrariando a opinião dos que têm por mais sábio e previdente construir-se, pensando no futuro, o Ministro Clóvis Salgado acha que os prédios das faculdades e institutos deveriam ser menores.

Como se vê, a entrevista do titular da pasta da Educação e Cultura focaliza aspectos interessantes relativos à Cidade Universitária da Universidade do Brasil. Principalmente na parte em que se refere ao andamento das obras, condicionando-o a insuficiência das verbas respectivas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

No que respeita à educação e à cultura do povo brasileiro, o atual Governo da República tudo faz ao seu alcance, e o Presidente Juscelino Kubitschek, como êle próprio sempre que é oportuno o declara, mostra-se atento às necessidades educativas e culturais para uma melhor formação das novas gerações compatriotas. E de S. Ex.^a são os excertos que se seguem:

«Não obstante a severa política de compressão de despesas, a que estamos obrigados por força da crise financeira que o país atravessa, jamais deixei de assistir, com as providências da minha alçada, os reclamos da cultura brasileira, nas suas mais diversas manifestações.»

«Penso já haver feito sentir que os valores do mundo da cultura sempre estarão na órbita de minhas cogitações como presidente da República.»

(Em 28/6/1956, na Academia Brasileira de Letras).

Sendo assim, a Cidade Universitária da Universidade do Brasil pode contar com a boa vontade do Presidente da República, ficando, porém, na dependência de dotações orçamentarias que permitam o custeio das obras, cujo andamento se retarda, à vista da insuficiência dos recursos financeiros de que o Escritório Técnico dispõe, votados pelo Legislativo. Segundo as declarações do Chefe do Governo, o quanto dêle depende jamais se nega, quando se destina aos reclamos da cultura brasileira. O Presidente Juscelino Kubitschek empenha-se, com os recursos ao seu alcance, em amparar e prestigiar as verdadeiras fontes do saber, que só se conseguem nas universidades como a que se está edificando e que se espera venha a ser um centro universitário semelhante aos mais completos e modernos que existem no estrangeiro.

ESPÍRITO UNIVERSITÁRIO

TODOS os professores reconhecem que um dos pontos mais importantes do ensino superior é o referente à formação desse **espírito universitário**, resultante da coordenação de forças culturais para o progresso das ciências, das artes, do quanto significa estímulo para nobilitar a vida humana. Assim sendo, o **espírito universitário** não é, como se poderá supor, abstração, mas, sim, elemento vivo e dinâmico a alimentar interesses morais, científicos, artísticos e práticos no seio dos povos civilizados. As chamadas elites formam-se d'ele e mantêm-se em vibração permanente. E, assim aperfeiçoando, coordenando e dirigindo, é ele que, em suma, promove o engrandecimento nacional. Daí a importância das universidades, principalmente quando as suas unidades formativas se encontram agrupada, todas em um mesmo terreno.

Pena é que Rui Barbosa não tivesse incluído em sua Oração aos Moços um capítulo sobre o **espírito universitário**, pois que ninguém poderia ocupar-se do assunto com igual segurança e fulgor. Contudo, se não o encontramos bem definido e de maneira fácil ao entendimento comum, sabemos da sua existência e do quanto é influente em a nossa mentalidade. Por ele a cultura científica não se divorcia da filosófica, da artística, da espiritual e da física, difundindo-se, através daqueles que passaram por uma universidade nos moldes desta que se está construindo na baía de Guanabara.

Fonte de energia moral nas sociedades contemporâneas, o **espírito universitário** interfere, indiretamente, mas de maneira decisiva, nos destinos nacionais. Povo, que o não possui, destina-se a representar papel secundário perante os povos verdadeira-

mente civilizados. O espírito universitário está simbolizado em Ariel, génio do ar, de que nos fala Rodó: «Ariel é o império da razão e do sentimento sobre os baixos instintos da irracionalidade; é o entusiasmo generoso, o móvel superior e desinteressado na ação, a espiritualidade da cultura, a vivacidade e a graça da inteligência, o termo ideal a que ascende a seleção humana, retificando no homem superior, com o cinzel perseverante da vida, os tenazes vestígios de Caliban, símbolo da sensualidade e da torpeza.»

Trata-se de um tesouro e uma força que se obtêm, quando se respira o ar universitário; tesouro e força, cuja posse permanece em nós durante toda a nossa existência, e sempre ardente e eficaz.

Em seu livro *Patologia Mental*, o professor António Austregésilo, neurólogo eminente, mestre de várias gerações, dedica um capítulo ao ensino superior em o nosso país, e nêle faz algumas considerações sobre o espírito universitário, oriundo dessa orientação cultural e desse aprendizado só possíveis quando uma universidade não se constitui de unidades esparsas. Sendo, porém, professor de Medicina, a sua crítica volta-se quase toda para os domínios das ciências médicas, cujo aprendizado está, nas nossas escolas ainda longe de se orientar em um sentido cultural eficiente, firmado em marcha ascendente para o aperfeiçoamento, porque, no Brasil, sempre se dá preferência às imitações levianas, feitas sem se levar em conta o que, mais nos convenha ou seja melhor adaptável ao nosso clima intelectual e moral. Daí o nosso retardamento científico e artístico e, conseqüentemente, o nosso atraso em relação à cultura de outros povos de possibilidades iguais e até menores. No Brasil, o ensino não é um trabalho de saber bem e bem aplicar mediante o qual nos ajustemos a um processo de vida elevada, de acordo com ideais de perfeição, progresso e prosperidade. E isto, porque as nossas instituições de carácter universitário são deficientes para os fins a que se propõem e raro é o mestre que esteja compenetrado de só haver

uma razão de ser dessas mesmas instituições: o discípulo, em benefício do qual tudo se deve fazer, na esperança de que êle se constitua em um elemento selecionado, componente teórico-prático de uma elite profissional.

Além da sua experiência de longos anos de cátedra e de profissão, exercidas sem desfalecimentos, o professor António Austregésilo percorrerá os principais países europeus e americanos, neles verificando o que se faz relativamente ao ensino em geral e à medicina em particular. Capacitou-se de que, sendo latino o nosso espírito, é a França que nos poderá servir de espelho e mais contribuir para a nossa formação cultural, o que não significa nos entreguemos a transplantar para o nosso clima o que reflete o meio ambiente e o tipo de vida dos franceses. Na sua opinião de homem de cultura e especialista em medicina, não existe país no qual o ensino médico não careça de diretrizes pragmáticas, em nenhum, porém, como o Brasil, onde o ensino não é devidamente tomado a sério pelos responsáveis por êle, desinteressados de que uma verdadeira universidade, como força viva, esteja em nível mais alto do que os outros elementos dinâmicos que formam as sociedades civilizadas, no seio das quais os indivíduos, que se prepararam racionalmente, se sentem bem capacitados para os misteres que enobrecem o género humano.

«Somos dos povos da terra o que mais se aproxima espiritualmente do francês. Não atingimos, é certo, ao grau de maturidade fulgurante daquela gente privilegiada, mas lhes seguimos, em certas estradas culturais, as pegadas. A França constitui-nos, de certo modo, bom paradigma para a estabilidade da inteligência e dos estudos." Julgamo-lo preciso como asserto, uma vez que se levem em conta as heranças anglo-saxônicas na nossa formação cultural. Embora nos advirta de que não se quer arvorar em censor dos poderes públicos e de que o seu papel é de conselheiro e não de legislante, nem por isto falta autoridade ao professor Austregésilo, hoje em idade prolecta e cumulado de saber e de experiência.

Se a precocidade no desenvolvimento não é menos perigosa do que o atraso, não seria de desejar que o Brasil, sendo jovem e pobre, já se nivelasse em ciências e artes aos países maduros e ricos, mas é de lamentar que nem ao menos disponha de uma universidade digna deste nome. A própria Universidade do Brasil é o que é, constituída de instituições dispersas, mal instaladas, onde, em sua maioria, os professores ostentam erudição indigesta e, às vezes, falsa, dando-se ao luxo de citações de autores e obras de que apenas se informaram citados nos poucos autores e obras realmente manuseados, e isto, como bem o diz o sábio autor de *Patologia Mental*, igualando-se aos índios que, cheios de penas e cocares, estão quase desnudos. Cultura geral aprimorada, palavra elegante e estilo singelo, inclusive, é claro, perfeito conhecimento da matéria ministrada, são privilégio de uma minoria de didatas que reage e honra o magistério brasileiro, pois que, principalmente, nos cursos superiores, o transmitir conhecimentos não constitui ocupação profissional exclusiva; quase todos os seus professores dedicam apenas uma pequena parte de seu tempo ao ensino, fazendo-o, ainda assim, como repetidores fonográficos de noções e não como transmissores conscientes e convincentes de fatos e doutrinas. Preparo, precisão e clareza na docência e intenso amor ao estudo na discência, a fim de que efetiva seja a colaboração entre o mestre e o aluno, é coisa rara em nossas instituições educativas em seus vários graus e ramos. Mestres de verdade e discípulos aplicados, por certo que os há e são eles os que pugnam pela construção da projetada Cidade Universitária, ainda não existente de fato mas já tendo algo de histórico, relativo tão-só à escolha do local em que, se Deus não mandar o contrário, será ela erigida um dia...

Falar-se, pois, em espírito universitário vale por uma afirmação de que o anseio de uma minoria continua vivo, sendo embora uma aspiração ligada a um problema sem solução adequada, visto o que possuímos no Brasil não passar, a bem dizer, de simulacro daquilo que promove esse espírito de que dependem o desenvolvimento científico e o florescimento artístico, base da civilização de um povo disposto a impor-se no tempo e

no espaço. A grandeza do nosso país não está apenas no seu solo e subsolo, mas, principalmente, nos indivíduos que o povoam e que só se valorizam através da sua capacidade de realização, em contato com a realidade, por meio de ideias e ações. Sem instituições de aprendizado específico, peculiar das universidades, não se adquirem os hábitos que nos fazem médicos, engenheiros, advogados, físicos, químicos ou industriais, de acordo com um tipo de vida em constante aperfeiçoamento e mudança, porque, segundo Dewey, o que, em verdade, dá importância aos hábitos dos olhos e das mãos, são os hábitos intelectuais que eles subentendem, dando aos habituados uma capacidade aumentativa do próprio desenvolvimento. E isto só se consegue quando existe esse **espírito** universitário de que nos fala o professor Antônio Austregésilo, dedicando-lhe o capítulo inicial do seu novo livro sobre uma especialidade médica das mais difíceis: a neurologia, de que ele é autoridade.

FACULDADES DE ESPECIALIZAÇÕES

Tanto *Espírito Universitário* quanto *Faculdades de Especializações* foram publicados no *Correio da Manhã*, aquele a 23 de janeiro de 1949, e estas a 24 de maio de 1950. O autor transcreve-os, a fira de que tais trabalhos, apesar do seu caráter jornalístico, se incorporem à presente monografia sobre a Cidade Universitária da Universidade do Brasil, atualizando-se.

O esboço para um plano de organização de uma faculdade de especialização médica que, pelas colunas do *Estado de São Paulo*, nos apresenta o sr. Almeida Toledo, livre docente da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, põe em foco uma ideia que é antiga aspiração de quantos se interessam pelo progresso científico em o nosso país, onde as coisas de alto nível de ensino ainda não significam uma conquista objetiva. Muito de longe e mais por processos autodidáticos e, por isto mesmo, em geral, arbitrários, acompanhamos o cada dia mais célere desenvolvimento científico universal, principalmente no tocante às ciências auxiliares, como, por exemplo, a física, a química e a biologia, que se vão armando progressiva e apressadamente de novos meios técnicos de rigorosa precisão, alargando-se assim enormemente o campo dos conhecimentos humanos em tais setores. Nos domínios da medicina, êsse desenvolvimento atinge tal extensão, que escapa até mesmo às inteligências bem dotadas. Daí, para sua maior eficiência no exercício profissional, o médico em nossos dias dedicar-se exclusivamente a um ramo da medicina, constituindo-se em um especialista. Como, porém, não existem ainda no Brasil faculdades de especializações, mas simples cursos isolados e transitórios, nem todos os nossos especialistas os freqüentam.

Trata-se, no entanto, de uma situação perfeitamente removível. A vastidão crescente de conhecimentos relativos a cada qual

dos setores médicos impõe a fundação de estabelecimentos nos quais o especializando possa encontrar o necessário para uma boa formação profissional. Mas isto é uma necessidade que se deve preceder de um estudo bem feito das disciplinas do curso médico propriamente dito, curso aliás que se não deve ampliar, como se vem ampliando em nossas faculdades médicas, de novas disciplinas dessas que encontram lugar adequado no currículo escolar de uma faculdade de especializações. A inclusão de novas disciplinas no curso médico, ainda de seis anos como há meio século, só poderá influir em detrimento das matérias básicas.

Conseqüentemente: "Uma inclinação casual, uma orientação defeituosa, a necessidade de tomar, desde logo, rumo na vida prática, e o aluno facilmente se desvia, descuida o curso fundamental e lança mão de todos os subterfúgios para se dedicar prematuramente ao estudo de uma especialidade. Antes que seu espírito tenha adquirido base suficiente de medicina geral, embrenha-se nos recessos de uma única disciplina. Seus conhecimentos podem ganhar em profundidade, mas perdem seguramente em extensão. Ao espírito, enclausurado na patologia de um órgão, escapa totalmente a visão de conjunto. O raciocínio clínico, antes de desenvolver-se completamente, já se atrofia e o resultado desse mal-entendido é *um péssimo especialista*. De nada adianta pregar, platonicamente, contra essa deformação profissional. É necessário agir de modo direto, impedindo, pela boa formação básica de clínica médico-cirúrgica, a orientação precoce para as especialidades. Este papel educativo, de importância fundamental, cabe às faculdades médicas". Nestas poucas palavras, que se transcrevem aqui, resume-se tudo quanto se poderia dizer, a fim de se mostrar o inconveniente de, à guisa de acompanhar o progresso das chamadas ciências auxiliares, o curso médico se vir acrescendo de novas cadeiras, quando elas se devem destinar a uma faculdade à parte.

Justifica-se, pois, a urgente conveniência de se fundarem instituições de pós-graduação para médicos, o que vem ao encontro de um imperativo profissional, no sentido de orientar com segurança aqueles que, dispondo de diploma devidamente legalizado,

desejem especializar-se, como o convém talvez a maioria dos médicos do nosso tempo, em que se generaliza a preferência dos doentes pelos especialistas, os quais, hoje, se cuidam, por presunção, mais capazes de, examinando um paciente, lhe verificarem a situação orgânica de um modo global e, ao fazê-lo, lhe descobrirem possíveis anomalias silenciosas, embora a sua incumbência seja tratar determinada enfermidade.

Aos que se inquietarem com a minha intromissão de leigo em tais assuntos, lembrar-lhes-ei que, além de jornalista interessado no que diz com a criatura humana, a minha experiência de ex-técnico de educação que, durante dez anos seguidos, se ocupou e preocupou com assuntos do ensino superior no Brasil, me dá alguma autoridade para opinar. Ademais, qualquer indivíduo de bom senso está apto a avaliar a necessidade, para mais eficiência da medicina brasileira, da criação de faculdades destinadas exclusivamente às especializações e onde os recém-formados possam encontrar maneira de, satisfazendo suas preferências, melhor se aperceberem de conhecimentos científicos e técnicos para, na prática, conscientemente ser exercida a sua profissão, por certo a mais delicada das profissões, por ser aquela a que se confia passivamente a vida alheia até aqui, no nosso país, exposta, não raro, a um autodidatismo improvisado e, por isto mesmo, perigoso.

Especializações, como, por exemplo, a fisiologia, a neurologia, a psiquiatria, a cancerologia, a sifilografia, a psicanálise, a radiologia, a anestesiologia, e tantas outras atualmente em voga e de conhecimentos específicos ampliados ou renovados, estão a exigir cursos intensivos feitos em estabelecimentos como o de que nos fala o professor paulista, ocupando-se da necessidade de se fundarem faculdades de especializações, a fim de que se aliviem as faculdades de medicina onde o estudante deve, antes do mais, dedicar-se aos conhecimentos gerais de patologia e clínica, sem se distrair com esta ou aquela especialidade médica, escolhida por uma antecipação vocacional ou mercenária, prejudicial aos estudos básicos.

Se a situação do Brasil é de flagrante inferioridade, relativamente ao desenvolvimento da física, da química e da biologia,

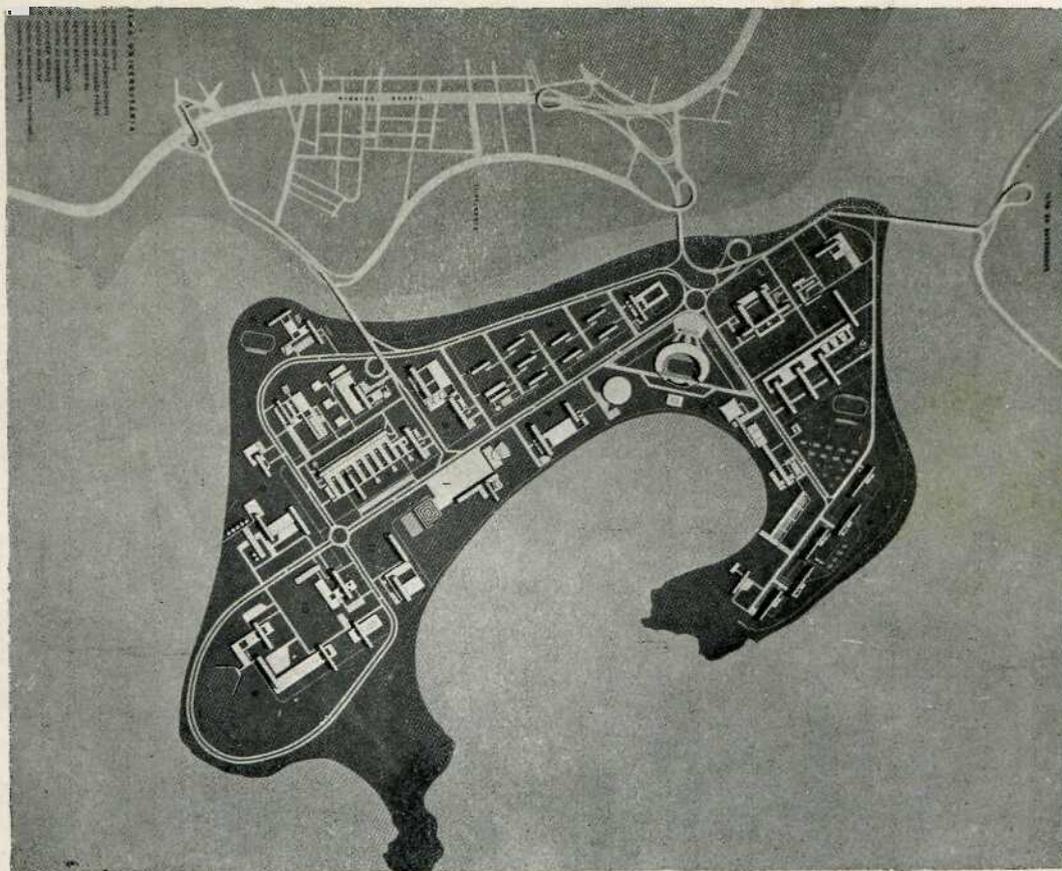
bem como a multiplicação de novos meios técnicos aperfeiçoados a serviço da medicina, cumpre aos professores e aos jornalistas chamarem para o fato a atenção daqueles que, no parlamento e no governo, disponham de recursos para dar realidade à ideia, que é uma necessidade imperiosa e que se deve satisfazer, visto tratar-se de uma sensível falha do nosso sistema de ensino superior. A Universidade do Brasil, que é padrão e dá valia oficial aos cursos das instituições de que se compõem as demais universidades que a têm por modelo, de acordo com a legislação educacional do país, não pode ficar estranha ao assunto. O reitor Pedro Calmon bem andaria, se, com a sua fascinação verbal e o seu desejo sempre manifesto de servir ao Brasil, convencesse os poderes públicos do quanto é urgente a fundação de uma Faculdade de Especializações Médicas.

CONCLUSÃO

POR todos os motivos, devem os responsáveis pelos destinos da nacionalidade cooperar de maneira decisiva para que a Cidade Universitária da Universidade do Brasil seja, o mais depressa possível, uma realidade, saindo assim da situação em que se encontra. As novas gerações brasileiras o exigem, a fim de que se sintam aptas para a vida contemporânea, cada dia mais complexa e impondo aos que a vivem perfeita consciência dos próprios atos e deveres, em um mundo em mudança.

De fato, um povo, que se quer civilizado e progressista, tem de adotar uma filosofia e de seguir uma tábua de valores, em conformidade com um sistema de diretrizes que formem essa base ideológica indispensável ao seu amadurecimento como nação livre e respeitável.

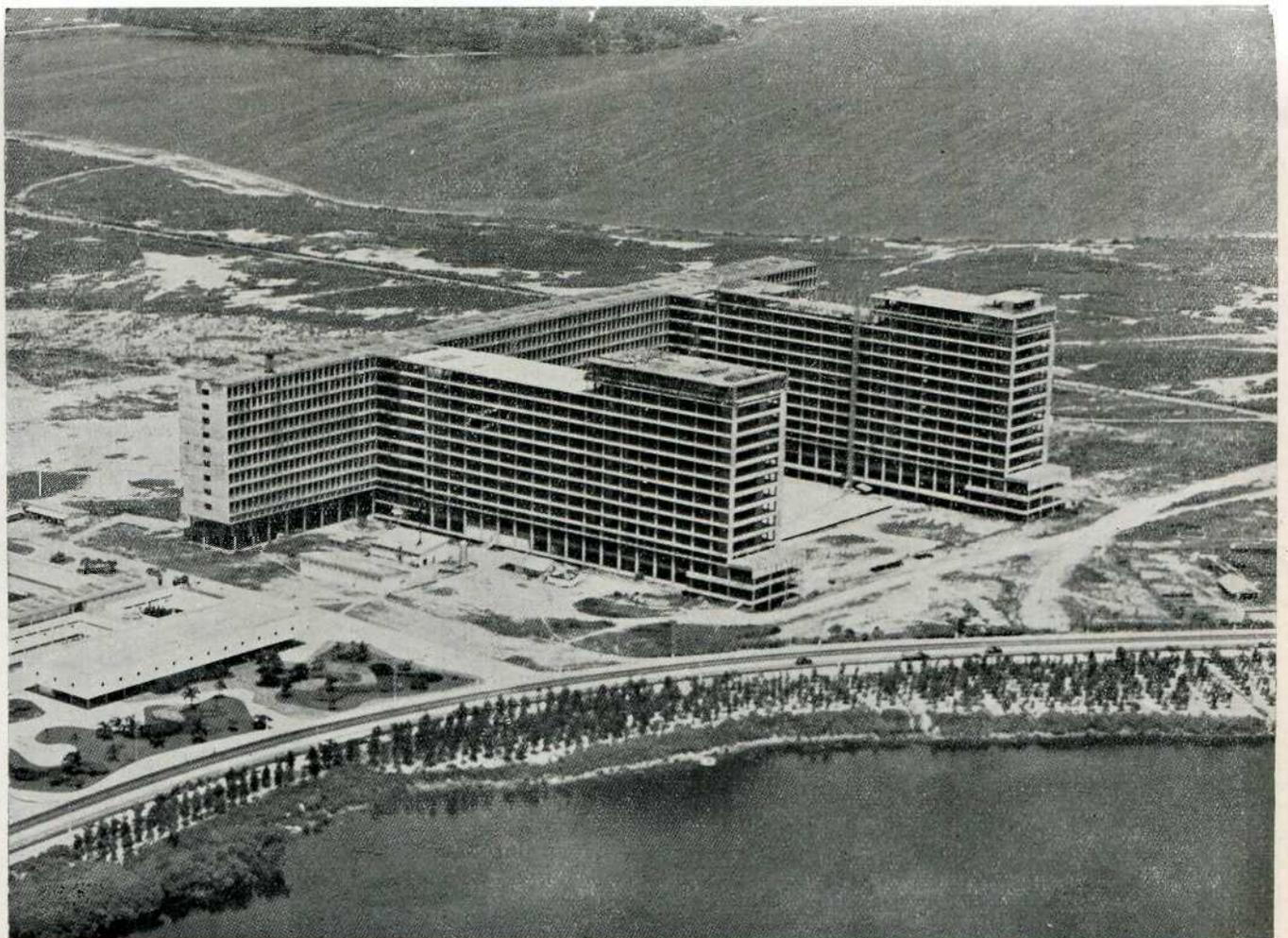
Privando-se dos meios para consegui-lo, o Brasil, além de retardar-se no tempo e no espaço, constitui-se em uma espécie de irresistível vocação suicida, a qual, no entanto, tem de ser contrariada. Trata-se de tarefa que tanto tem de ingente quanto de gloriosa, e que, por isto mesmo, incentiva os espíritos aventureiros, predispostos à luta, visando a realizar alguma coisa edificante, à maneira desta Cidade Universitária da Universidade do Brasil, que, apesar de todas as dificuldades encontradas, se vem construindo.



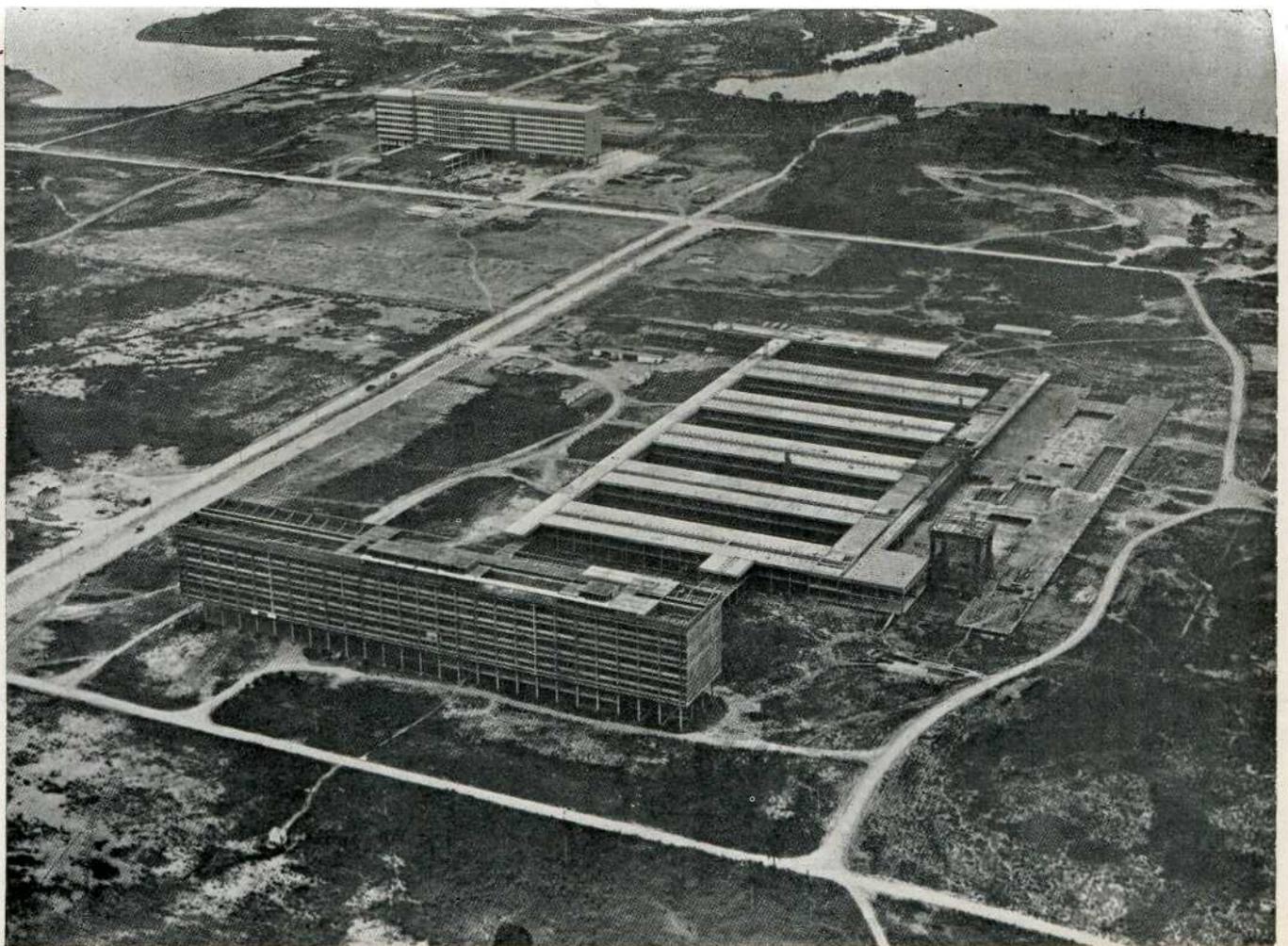
ILHA UNIVERSITÁRIA
(Conjunto)



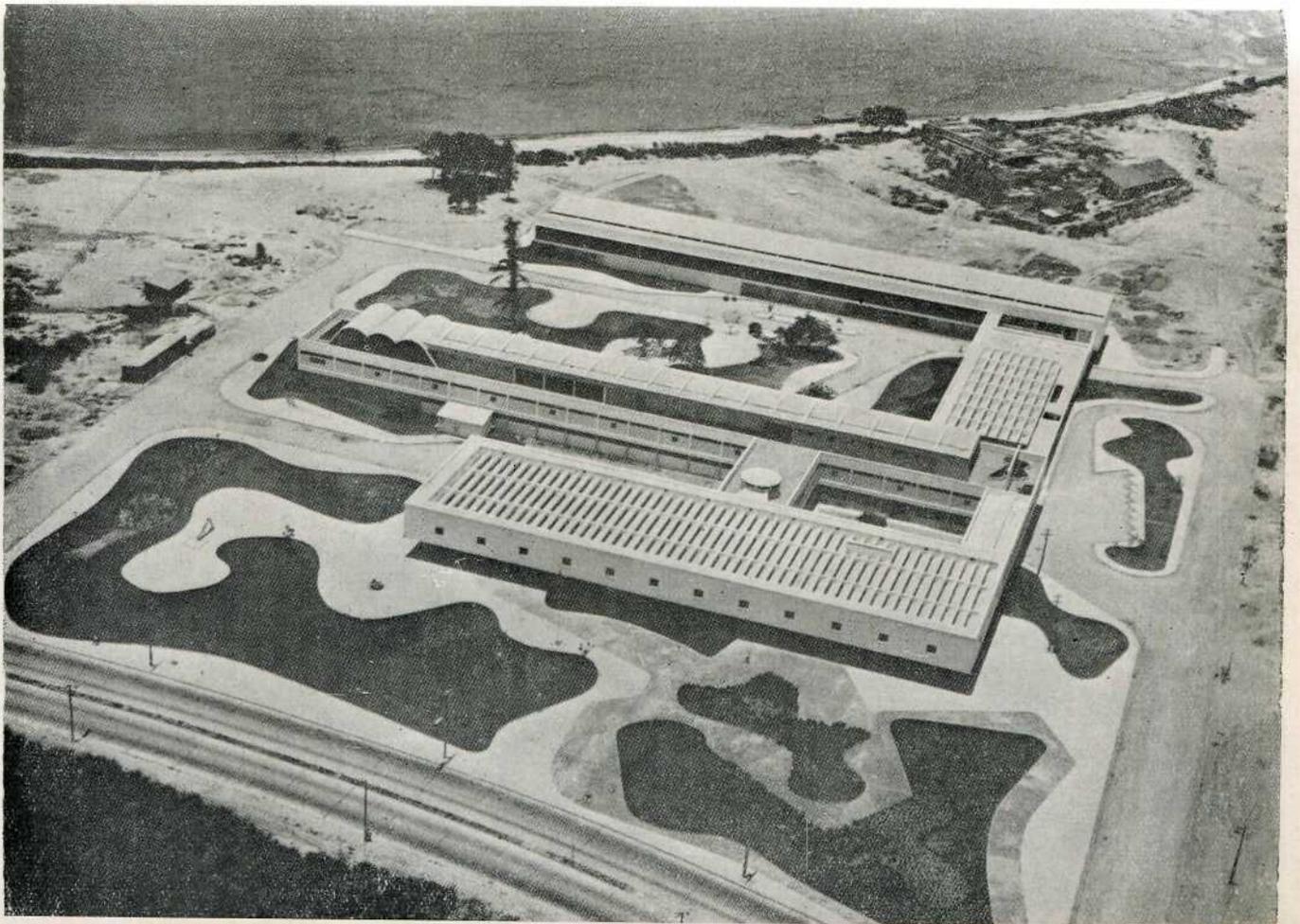
FACULDADE NACIONAL DE ARQUITETURA
(Vista Aérea)



HOSPITAL DE CLÍNICAS
(Vista Aérea)



ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA
(Vista Aérea)



INSTITUTO DE PUERICULTURA
(Vista Aérea)

C. D. U. 727.3:711 (81)